

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 181/XIII/4.ª SL

Aos onze dias do mês de junho de 2019, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discussão e votação do relatório [COM\(2019\)192](#) - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado e a Diretiva 2008/118/CE relativa ao regime geral dos impostos especiais de consumo no que respeita ao esforço de defesa no âmbito da União; Relator: Deputado Ascenso Simões (PS);
2. Discussão do [Projeto de Resolução 2156/XIII/4](#) - BE Recomenda ao Governo que inicie diligências com vista ao cumprimento da legislação portuguesa em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho e direitos laborais pela FEUSAÇORES;
3. Programação dos Trabalhos;
4. Outros Assuntos.

Aberta a reunião pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) apresentou o relatório referente à [COM\(2019\)192](#) - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado e a Diretiva 2008/118/CE relativa ao regime geral dos impostos especiais de consumo no que respeita ao esforço de defesa no âmbito da União. O Relator referiu o objeto do relatório, fazendo uma consideração prévia sobre a decisão anterior do Parlamento de reduzir o número e aumentar a importância dos relatórios que se propõe apresentar e remeter às instituições europeias; ainda assim, Portugal continua a ser dos Estados-membros que mais relatórios apresenta, mas cujas referências menos são todas em conta na discussão final das iniciativas europeias. Considerou ser a matéria do relatório da maior relevância para a pronúncia do Parlamento português. Esclareceu que o que se propõe é que as atividades de defesa dentro do espaço europeu que tenham como objetivo fazer integrar unidades militares de Forças Armadas de diversos países, todas as entregas de bens e fornecimento de serviços possam estar isentos ou ter uma redução significativa da taxa de IVA

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

em vigor. Indicou ainda que esta proposta vem na sequência do que já é aplicado às manobras no âmbito da NATO, levando a um processo de equiparação no espaço europeu para que a UE possa ter o mesmo tratamento nos exercícios conjuntos. Considerou que esta proposta deve ser vista no sentido de olhar para a realidade tributária europeia e saber se as questões de Defesa, na sua relação com a tributação, são mais ou menos válidas que as questões de cultura e de educação. Observou, finalmente, que estando o Parlamento e a Comissão de Defesa Nacional limitados a uma análise quase burocrática da iniciativa europeia, esta tem condições para seguir os seus trâmites, notando que a iniciativa, sob o ponto de vista europeu, pode fazer sentido, tendo em conta um certo mimetismo de comportamento relativamente à NATO, mas que, numa leitura mais global, de construção de uma política integrada de Defesa e de relativização das políticas europeia, fazia sentido haver lugar a uma leitura mais aprofundada.

Intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), que saudou o trabalho do Relator e manifestou a sua concordância com o relatório, e Jorge Machado (PCP) - que salientou a disponibilidade do Relator e, em termos de conteúdo, entendeu não é possível olhar a iniciativa sem perceber que subjacente está a ideia de realização de iniciativas militares conjuntas e que representa mais um passo para a criação do Exército Único Europeu, fundamentando a sua oposição com a ausência de tratamento tributário diferenciado para iniciativas multinacionais de carácter humanitário, cultural, da educação, ou outros; e no princípio da subsidiariedade, já que, se cada Estado deve assegurar a sua própria defesa, não há necessidade de criação de um exército comum, e não faz sentido remeter para a UE questões que são de soberania nacional, como é o caso da Defesa Nacional e das Forças Armadas. O Vice-Presidente João Vasconcelos pronunciou-se também para agradecer o trabalho do Relator, indicando que o Relatório é factual, mas que tem, a respeito do mesmo, pontos de vista diferenciados.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado com os votos a favor do PSD e do PS, abstenção do BE e voto contra do PCP.

A Pedido do CDS-PP, e com acordo do BE, o ponto 2. da Ordem do Dia, Discussão do [Projeto de Resolução 2156/XIII/4](#) - BE Recomenda ao Governo que inicie diligências com vista ao cumprimento da legislação portuguesa em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho e direitos laborais pela FEUSAÇORES, foi adiado.

Relativamente ao terceiro ponto da Ordem do Dia, Programação dos Trabalhos, o Vice-Presidente João Vasconcelos informou estarem pendentes de agendamento a discussão da Lei das



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Infraestruturas Militares, a visita ao IASFA e o Estatuto do Antigo Combatente, devendo este último ser tratado pelo Grupo de Trabalho - Deficientes das Forças Armadas e Antigos Combatentes.

Relativamente à Lei das Infraestruturas Militares, o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) propôs que fosse convocada uma reunião da Comissão para a manhã do dia 26 de junho.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 16H26, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, de 11 junho de 2019

O VICE-PRESIDENTE

(JOÃO VASCONCELOS)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Diogo Leão
Firmino Pereira
João Vasconcelos
Joaquim Raposo
Jorge Gomes
Jorge Machado
José de Matos Correia
Leonel Costa
Maria Lopes
Miguel Coelho
Pedro Roque
Filipe Neto Brandão
João Azevedo Castro
Maria da Luz Rosinha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Soares
Marco António Costa
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Rebelo
Luís Pedro Pimentel
Miranda Calha
Pedro Filipe Soares
Vitalino Canas